

## TRADUZIR É RESISTIR: SUBVERSÃO E ATEÍSMO COMO DISPOSITIVO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

### *TRANSLATING IS RESISTING: SUBVERSION AND ATHEISM AS A DEVICE FOR INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN CULTURE*



Marie-Hélène Catherine TORRES  
Professora titular  
Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq- nível 2  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Comunicação e Expressão  
Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1477390958277483>  
<https://orcid.org/0000-0001-9263-0162>  
[marie.helene.torres@gmail.com](mailto:marie.helene.torres@gmail.com)

1

**Resumo:** A resistência, a autonomia e a subversão da língua e da literatura no Brasil têm suas raízes no século XIX e se estendem no século XX, o que propiciou uma nacionalidade literária, uma independência cultural e literária, se demarcando da língua e literatura portuguesa da metrópole. Na primeira parte deste artigo, faço uma breve análise histórica da criação de uma língua (português do Brasil) dentro da língua (português da Metrópole) resistência às imposições literárias portuguesas a partir de dois exemplos de escritores brasileiros, José de Alencar e Mário de Andrade, e dos seus respectivos romances, *Iracema* e *Macunaíma*. E, na segunda parte, reflito sobre o lugar do Brasil literário no mapa mundial das literaturas a partir da teoria da multiplicação dos Mapas-Múndi de José Lambert e da teoria de Pascale Casanova sobre o parâmetro do Meridiano de Greenwich e das literaturas dominantes e dominadas assim como a questão do poder e da dominação das línguas-culturas. Toda argumentação se faz sob o prisma da tradução como meio de resistência ao poder hegemônico e como forma de ateísmo cultural.  
**Palavas-chave:** Tradução e Resistência. Ateísmo. Internacionalização da literatura. *Iracema*. *Macunaíma*.

**Abstract:** *The resistance, autonomy and subversion of language and literature in Brazil has its roots in the nineteenth century and extends into the twentieth century, which provided a literary nationality, a cultural and literary independence, demarcating itself from the Portuguese language and literature of the metropolis. In the first part of this article, I make a brief historical analysis of the creation of a language (Brazilian Portuguese) within the language (Portuguese of the metropolis) resistance to Portuguese literary impositions from two examples of Brazilian writers, José de Alencar and Mário de Andrade, and their respective novels, Iracema and Macunaíma. And in the second part, I reflect on the place of literary Brazil on the world map of literatures from José Lambert's theory of the multiplication of World Maps and Pascale Casanova's theory on the parameter of Greenwich's Meridian and dominant and dominated literatures as well as the question of the power and domination of languages-cultures. Every argument is made from the perspective of translation as a means of resisting hegemonic power and as a form of cultural atheism.*

**Keywords:** *Translation and Resistance. Atheism. Internationalization of Literature. Iracema. Macunaíma.*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

*This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.*

2 **A** questão da autonomia da língua-cultura se colocou como ato de descolonização e, portanto, de descolonização em relação a Portugal desde as premissas da Independência (1822) no Brasil. Surgiram na época expressões como “língua brasileira” ou ainda “língua nacional”. Alguns escritores, como Alencar no século XIX ou um século mais tarde Mário de Andrade, se posicionaram politicamente como escritores brasileiros, defendendo uma língua literária própria que incluía brasileirismos. A resistência às imposições literárias portuguesas foi expressa de forma mais contundente pelo escritor José de Alencar que destaco na primeira parte do presente artigo. Ao criar uma língua dentro da língua que se demarcou da língua portuguesa, autores como Alencar iam deixar marcas indeléveis, consideradas subversivas pela metrópole, na literatura e na cultura brasileira, e isso se *A república mundial das letras* refletisse nas traduções. Na segunda parte do artigo, tento mostrar como *Macunaíma* de Mário de Andrade representa a alma da literatura nacional, bem como o impacto da obra no sistema literário mundial. Na terceira parte, reflito sobre o lugar do Brasil literário no mapa mundial das literaturas a partir da teoria da multiplicação dos Mapas-Múndi de José Lambert. E, finalmente, na última parte deste artigo, apoio minhas reflexões principalmente na teoria de Pascale Casanova sobre o parâmetro do Meridiano de Greenwich e das literaturas dominantes e dominadas assim como a questão do poder e da dominação das línguas-culturas. Toda argumentação se faz sob o prisma da tradução como meio de resistência ao poder hegemônico e como forma de ateísmo cultural.

### **Resistência e subversão da língua**

A resistência, a autonomia e a subversão da língua e da literatura no Brasil têm suas raízes no século XIX. Lutando para publicar suas obras em editoras de excelência, os escritores brasileiros foram pioneiros na formação da “matéria brasileira”. De fato, grande parte dos escritores brasileiros do século XIX tiveram seus livros publicados pelo editor francês Baptiste-Louis Garnier instalado no Rio de Janeiro desde junho de 1844 onde faleceu em outubro de 1893 (Hallewell, 2005, p. 222). Segundo Granja (2013, p. 82), ele dominou o comércio de livros no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e acrescenta que publicou 665 obras de autores brasileiros. O principal motivo pela escolha de publicar pela Garnier, conforme Granja, era “a qualidade das impressões” (2013, p. 84), o comprova “José de Alencar, por

---

exemplo, [que] queixou-se algumas vezes das dificuldades que teve no momento em que tentou publicar, às próprias expensas, seus romances, ou seja, antes dos contratos que ele assinou com a casa Garnier” (Granja, 2013, p. 84). A literatura brasileira produzida e publicada na época propiciou uma nacionalidade literária, uma independência cultural e literária, se demarcando da língua e literatura portuguesa da metrópole.

Criando uma língua dentro da língua, José de Alencar publica na 2ª edição de *Iracema*, já publicada pela H. Garnier em 1870, um longo “postscripto” de vinte e sete páginas onde responde aos ataques do crítico português Pinheiro Chagas. Este texto, na minha opinião, é um texto-marco da internacionalização da literatura brasileira.

Alencar divide o texto em quatro partes: “1. Observações sobre orthographia à propósito de erros de imprensa. — 2. Inovação na grammatica portuguesa: resposta ao Sr. Pinheiro Chagas. — 3. Uma reflexão a respeito do que chamam estylo terso: defesa de uma censura do Sr. Dr. Henrique Leal — 4. Critica feita a *Iracema*.” Alencar não se considera inovador, mas sim com estilo próprio, alegando que o que uns chamam de “inovações” na língua, são questões de estilo. Ele, de fato, responde às críticas que considera infundadas por parte do crítico português Pinheiro Chagas. Eis o trecho que Alencar reproduz da crítica:

3

Não, esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correcção na linguagem portugueza, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho portuguez por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinação grammaticaes, que (tenham cautella) chegarão a ser risíveis se quizerem tomar as proporções d’uma insurreição em regra contra a tyrannia de Lobato. (Postscripto, p. 250)

Alencar repreende Chagas por pensar que “a grammatica é um padrão inalterável” (p. 250), à qual os escritores devem se submeter e lhe responde que “só o povo tem a força do transformar uma lingua, modificar sua indole, criar novas formas de dizer” (p. XX). Segundo Alencar, grandes nomes das diferentes artes, como Beethoven, Rossini, Phidias, Raphael, Praxiteles ou Miguel Angelo, criaram escolas, e abriram “novos horizontes á sua arte” (p. 251), revelando “fôrmas antes desconhecidas” (p. 251). Ainda ironiza que as letras deveriam ser imutáveis conforme Chagas! Acusado por Chagas de insurreição contra a gramática da língua

---

portuguesa, tornando esta brasileira. Alencar qualifica essa revolução de “irresistível e fatal” (p. 252). A sua lucidez não para em questões geopolíticas, mas também morais e sociais:

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas si esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vinculos políticos; opera-se também a separação nas idéas, nos sentimentos, nos costumes, e portanto na lingua, que é a expressão desses factos moraes e sociaes.

(Postscripto, p. 253)

Afirma que sendo os continentes e climas distintos, independência política, ideias, sentimentos e costumes diferentes, a língua é reflexo e “expressão desses factos Moraes e sociaes”. Acrescenta Alencar que no Brasil, ao contrário de Portugal, o *outro*, “o estrangeiro é um vehiculo de novas idéas e um elemento da civilização nacional.” (p. 254).

4 Se ofusca com as afirmações de Chagas sobre os idiotismos indígenas que são para este último incorreções e reclama uma individualidade brasileira que possa aperfeiçoar “o instrumento das idéas, a língua” (p. 255). Se insurge contra o emprego do artigo definido dos portugueses, taxando-o de latinismo. Afirma que “a principal condição do estylo é sua concisão e simplicidade” (p. 257).

No intuito de reconstituir o processo de formação da nacionalidade brasileira, Alencar explicará em 1872 (Alencar, 1959, p. 697) o sentido de sua obra realizada até esta evolução literária brasileira, compreendida, segundo ele, em três fases sucessivas. A “fase primitiva”, que ele chama de “fase aborígene”, compreende as lendas e os mitos da terra selvagem e conquistada. Trata-se das tradições que embalam a infância do povo. *Iracema* pertence, segundo Alencar, a esta fase da literatura primitiva. A segunda fase é histórica e representa a união do invasor europeu e dos índios. Ao longo desta fase, outros costumes são formados assim como uma nova existência. *O Guarani* pertence, segundo Alencar, a esta fase. A última fase é a fase da infância da literatura brasileira.

A lenda de Iracema, fase primitiva, representa o nascimento do povo brasileiro, de sua língua e de sua cultura em que o Índio, símbolo da nacionalidade brasileira, é erigido como o antepassado místico. A formação e fundação da nação brasileira passa também pela tradição literária, ou seja, a tradição oral indígena para Alencar. O nascimento de um texto, patrimônio histórico, é retrçado pela textualização/escrita da lenda (oral) de *Iracema* (Torres, 2014, p.

---

146). No estudo que fez sobre *Iracema*, Haroldo de Campos (1992) destaca que há no texto uma passagem que simboliza uma cerimônia de doação textual que é a lenda de Iracema. Refere-se ao capítulo XXIV, quando Iracema pinta o corpo de Martim, que enquanto guerreiro deve levar as cores da nação indígena. Martim recebe o nome indígena de *coatibo*, “aquele que está pintado”. Assim, o português hibridizado, barbarizado de *Iracema* influenciado pelo “nheengatu” (língua geral) e idealizado por Alencar, é “um texto-coatiabo e a cerimônia de pintura corporal de Martim é, antes de mais nada, [sic] uma cena de escritura” (p. XX). Iracema é então, antes de tudo, uma cena de escrita segundo Campos (1992, p. 130). Se recusando a ver na gramática um cânone imutável, Alencar proclamava a influência dos escritores na transformação da língua. E, para Alencar, acrescenta Campos (1992, p. 129), “criar uma nova expressão era criar liberdade, e a baliza negativa dessa liberdade estava justamente no purismo vernacular português.” Em ato de resistência e subversão da língua portuguesa clássica e normativa, Alencar introduziu na literatura muitas expressões e palavras da língua Tupi, regionalizando assim a língua e a caracterização dos personagens. É verdade que, após um longo estudo sobre a origem do Tupi de Alencar, relata Campos (1992, p. 134), o linguista brasileiro Mattoso Câmara Jr. chega à conclusão de que há numerosas irregularidades na maneira em que Alencar utiliza o Tupi. Seu Tupi é um Tupi inventado, ainda segundo Câmara. Será que isso é o mais relevante, sabendo que é uma forma de subverter e inovar na língua para torná-la brasileira?

5

### **Impacto de *Macunaíma* de Mário de Andrade no sistema literário mundial**

É importante salientar que o capítulo da Pascale Casanova sobre *Macunaíma*, na sua obra *A república mundial das letras*, está inserido numa grande parte intitulada “Revoltas e revoluções literárias” e numa subparte intitulada “A tragédia dos ‘Homens traduzidos’” onde se incluem Kafka, a oralidade, o crioulisto. Na introdução desta subparte, Casanova (2002, p. 309) reafirma que

A língua é o principal embate das lutas e das rivalidades distintivas: é o recurso específico com ou contra o qual se inventarão as soluções à dominação literária, o único material verdadeiro de criação dos escritores que permite as inovações mais específicas. Para ela, os dominados linguísticos, “os maiores revolucionários da literatura” (2002, p. 310) são “‘condenados’ a encontrar soluções para seu despojamento e sua

---

dependência.” (2002, p. 310). E ainda distingue os ‘assimilados’ dos ‘dissimilados’. Os primeiros procuram apagar as suas origens linguísticas e os segundos (2002, p. 311) buscarão, por todos os meios, marcar o afastamento, seja criando uma distância distintiva do uso dominante (e legítimo) da língua dominante, seja criando ou recriando uma nova língua nacional (potencialmente literária).

O título já dá o tom: *Macunaíma, o anti-Camões*, e a introdução também: “Macunaíma como o manifesto fundador de uma literatura nacional que reivindicava, enquanto a criava, uma língua escrita brasileira, distinta de ‘língua de Camões’, isto é, do uso correto português” (2002, p. 343).

Casanova (2002, p. 343) relembra o programa literário nacional de apropriação da literatura e da cultura brasileira: ““Paciência, manos!”, exclama Macunaíma, “não! não vou na Europa não. Sou americano e meu lugar é na América. A civilização europeia decerto esculhamba a inteireza do nosso caráter!””

6 A autora afirma que Mário de Andrade “é o poeta fundador do espaço literário brasileiro”, um dos principais “teóricos” ou porta-vozes, é o primeiro movimento que reivindica explicitamente uma emancipação literária nacional (2002, p. 344). Reconhece que o projeto modernista (Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922) é ao mesmo tempo político e literário. Os modernistas queriam se emancipar não somente de Portugal, mas também da França. “Estamos acabando com a dominação do espírito francês”, escreve Mário de Andrade a Alberto de Oliveira. “Estamos acabando com o domínio gramatical de Portugal.” (Casanova, 2002, p. 345). E Casanova (2002, p. 345) prossegue:

Andrade propõe um “abrasileiramento” da língua portuguesa, isto é, muito exatamente uma apropriação brasileira da língua portuguesa por meio do uso da língua falada no Brasil, a integração ao patrimônio e à arte nacionais das sonoridades e aportes da língua oral que divergiam das normas portuguesas.

Ainda acrescenta que Andrade queria “sistematizar os erros cotidianos das conversas, os idiotismos brasileiros, seus galicismos, seus italianismos, sua gíria, seus regionalismos, arcaísmos, pleonasmos.” (2002, p. 345). Casanova considera Mário de Andrade como um escritor fundador da literatura nacional, um unificador cultural da nação brasileira que conseguiu expor em *Macunaíma* além “de mitos e lendas, a narração, cujo subtítulo é

---

‘rapsódia’, também é a oportunidade de uma espécie de inventário do vocabulário especificamente brasileiro” (2002, p. 348).

A tradução de *Macunaíma* circulou com dificuldade, talvez porque era “de fato um texto nacional”, afirma Casanova (2002, p. 349). Numa entrevista dada a Teresa Carneiro, o tradutor francês de *Macunaíma*, único até hoje, Jacques Thiériot, explica como foi a via crúcis da publicação da tradução na França (Torres, 2014, p. 270-271). Thiériot enviou sua tradução em 1974 a Ugné Karvelis, esposa de Julio Cortázar, que era à época responsável pela edição da literatura latino-americana na Editora Gallimard. Sua tradução, *Macounaïma*, passou pelas mãos de diversos escritores e conselheiros da editora — como Raymond Queneau e Roger Caillois, que teceram numerosos elogios sobre a tradução, — mas a decisão de publicação nunca foi tomada. Thiériot enviou então seu texto para a editora Editions Seuil e em seguida para a Albin Michel, que a recusaram. Foi apenas em 1979 que Thiériot entrou em contato com Gérard de Cortanze da editora Flammarion, pois esta estava preparando uma nova coleção dedicada aos autores latino-americanos de vanguarda. *Macounaïma* foi então publicado pela primeira vez em 1979 pela editora Flammarion como “traduzido do brasileiro”. No entanto, essa nova coleção, a Collection Barroco, não era dedicada aos autores latino-americanos, mas ao universo hispano-americano.

De qualquer modo, *Macunaíma* é considerado por Casanova (2002, p. 352)

como um emblema de todas as narrativas nacionais fundadoras: esse empreendimento literário múltiplo e complexo, ao mesmo tempo nacional, etnológico, modernista, irônico, desencantado, político e literário, lúcido e voluntarista, anticolonial e antiprovinciano, autocrítico e plenamente brasileiro, literário e antiliterário, leva ao auge da expressão o nacionalismo constitutivo das literaturas desprovidas e emergentes.

Ela percebe essa via dissimiladora como uma reapropriação nacional, popular e literária de uma língua central (o português do Brasil) que permite que os escritores exibam sua diferença. Essa reivindicação de uma língua popular falada que tem acesso ao status literário consegue afirmar-se em qualquer forma ou grau da dissimilação: simples desvio do sotaque, regionalismo, dialetos ou crioulos. A literarização da língua oral ainda permite, diz Casanova (2002, p. 352), não apenas manifestar uma identidade distintiva, mas também colocar em questão os códigos aceitos das convenções literárias e de linguagem, da correção inseparavelmente gramatical, impostas pela dominação política, linguística e literária, e

---

provocar rupturas violentas, ao mesmo tempo políticas (a língua do povo como nação), sociais (a língua do povo) e literárias.

O uso explícito de uma língua popular sempre será uma forma específica de reivindicação e resistência nacional.

### **Língua periférica, autônoma e criação**

O espaço literário internacional, no mapa mundial das literaturas, estrutura-se segundo o volume e a antiguidade dos recursos literários, e também segundo o grau de autonomia (relativa) de cada espaço nacional. A literatura brasileira preenche a priori esses critérios de autonomia, de antiguidade, uma vez que existe há mais de três séculos e, quanto ao volume, aumenta cada vez mais, sobretudo pelo volume de suas traduções (Torres, 2014, p. 291). Mas, para serem reconhecidos no espaço literário internacional, é preciso ainda, segundo Casanova, que os escritores escrevam segundo as normas internacionais em voga no meridiano de Greenwich. Os escritores brasileiros escrevem segundo essas normas?

8 O exemplo de José de Alencar (na segunda metade do século XIX) ou de Mário de Andrade (na primeira metade do século XX), com parte dos escritores brasileiros a se revoltar contra a rigidez e o classicismo da metrópole portuguesa em prol da adoção de um novo estilo e de uma língua-cultura nacional, me leva a situar historicamente a questão fundamental do posicionamento da literatura brasileira no Mapa-Múndi das literaturas.

Colocar o Brasil literário no mapa mundial das literaturas ajuda a demonstrar como os grandes escritores brasileiros traduziram para o francês ao longo do século XX conseguiram reunir todas as características necessárias para que o Brasil se tornasse um dos principais centros da área linguística lusófona.

De fato, a literatura brasileira traduzida ocupa um lugar paradoxal no que Pascale Casanova chama de “República Mundial de Letras”. O teórico belga José Lambert também foi à procura de mapas mundiais da literatura e publicou em 1990 um artigo importante e pioneiro na revista alemã Gunter narr, “A la recherche de cartes mondiales des littératures”. Pela primeira vez, a nossa representação literária do universo seria reorientada graças ao princípio da multiplicação dos mapas.

Segundo Lambert,

Todo mapa de línguas e toda representação das línguas conhecidas até agora parece postular, de fato, o princípio da coerência e da homogeneidade dos territórios. O único

---

desvio cartográfico imaginável em relação a este princípio é, aparentemente, o bilinguismo. O multilinguismo é demasiado difícil de mapear (2011, p. 24).

Lambert faz uma primeira afirmação, portanto, que o mapa-múndi das línguas não corresponde ao protótipo dos mapas-múndi, ou seja, aos mapas das nações (Lambert, 2011, p. 23). Contradizendo o conceito de “literaturas nacionais” que privilegiam as zonas literárias institucionalizadas como a (única) construção elementar das configurações supranacionais, Lambert (2011, p. 27) questiona um “mapa-múndi das literaturas coincidindo como o mapa das nações (ou instituições políticas)” e que “se revelaria ao mesmo tempo atomista, eclético e anacrônico”. Evoca a impossibilidade de se chegar a um único mapa para colocar a totalidade das línguas ou a totalidade das literaturas e propõe a multiplicação dos mapas por terem mobilidade e permitirem supervisionar melhor sincronias e diacronias (2011, p. 32). A representação global das literaturas em nível mundial deve revelar questões fundamentais de autonomia, interação, superposição e absorção dos sistemas. Lambert afirma (2011, p. 34) que:

Convém elaborar esquemas que possam levar em conta diferentes configurações possíveis entre as diferentes literaturas. A dificuldade consiste em descrever e interpretar suas relações, ou seja, suas fronteiras e suas interações ou ausência de interações.

Ele vê a combinação das perspectivas sincrônica e diacrônica, mesmo em um espaço geográfico e cultural limitado como alternativa para um autêntico mapa-múndi das literaturas.

Por sua vez, Casanova (2002, p. 21) afirma que existe um “meridiano de Greenwich” do universo literário mundial, do qual Paris é a capital, e a partir de onde se mede a novidade e a modernidade das obras. O Brasil não faz parte deste meridiano de Greenwich e sua literatura pertence ao que Casanova define como pequenas literaturas ou literaturas menores, em oposição às literaturas dominantes. “Menor” em relação à posição ocupada por uma língua e literatura que carece de prestígio, antiguidade, autoridade e que não pertence a uma das culturas hegemônicas. No entanto, embora Casanova (2002, p. 356) considere a literatura brasileira como “literatura menor” no mapa mundial das literaturas, a trata como um caso à parte, pois o Brasil literário conseguiu alcançar a “verdadeira independência literária”.

Neste sentido, além do problema da criação de uma língua (o português brasileiro) dentro da língua (o português de Portugal, a metrópole colonial), devemos considerar também

---

a questão do desenvolvimento de uma literatura que possa estabelecer uma identidade nacional e literária brasileira. E se a tradução, como afirmou Casanova (2002, p. 169), “a grande instância da consagração específica do universo literário”, por que a literatura brasileira, independente e autônoma, não é traduzida de forma mais sistemática e por que não muda de estatuto ou posição em relação ao meridiano de Greenwich?

Nas traduções francesas, o Brasil literário enfrenta uma resistência à informalidade, especialmente em termos de oralidade, que é uma das características da língua-cultura brasileira. Traduções de autores como Alencar ou Mário de Andrade, foram escritas em “bom francês”, como disse Berman (2013, p. 47), com pouca ou nenhuma transgressão da língua francesa, mesmo na tradução de textos brasileiros em que a criação de uma língua (português do Brasil) dentro da língua (português) faz parte do projeto de concepção estética da obra (*Diadorim* de Guimarães Rosa traduzido em francês em 1965 e 1995 ou ainda *Macounaïma* de Mário de Andrade traduzido em francês em 1979 e 1996). As traduções de certa forma pasteurizam os textos, aniquilando o modelo oral original (regionalismo, neologismo, sintaxe, agramaticalidade, ritmo, sonoridade), a fim de respeitar as normas gramaticais francesas vigentes (pretérito simples, sintaxe perfeita, tímidos neologismos e escassas criações/invenções da linguagem). Estas traduções refletem, ao contrário dos projetos sobre a língua dos autores brasileiros em seus textos, uma naturalização efetiva da língua-cultura brasileira que a transgressão criativa da linguagem não penetra, em prol da rigidez do idioma francês. Distorcendo o *genius loci*, as traduções se tornam transparentes, como se fossem escritas desde o início em francês, transformando os diálogos dos personagens do povo em diálogos numa língua culta (traduzida). As marcas e características estrangeiras são reduzidas, já que, em geral, os tradutores de letras brasileiras para o francês não são muito ousados quanto à subversão da língua francesa – de um ponto de vista sintático, neológico, dialógico, criativo – e acabam produzindo traduções que anexam a literatura e a cultura brasileiras à cultura francesa.

Entretanto, a posição do Brasil literário no mapa mundial das literaturas mudou consideravelmente desde o final do século XIX e início do século XXI, passando pelo século XX, como vimos anteriormente. Afastada do meridiano de Greenwich que é dominado por instâncias literárias em Paris, Londres e Nova York, a literatura brasileira tornou-se, no entanto, independente e autônoma. Assim, para ter acesso a uma literatura “dominante”, uma literatura “dominada” deve passar necessariamente pela inovação, invenção ou criação de uma língua.

---

As reivindicações brasileiras de ter sua própria língua levaram à criação de uma língua, a língua brasileira dentro da própria língua portuguesa, a partir do século XIX.

O trabalho sobre a língua por parte dos escritores permite inovações e revoluções literárias. Assim, os escritores podem usar esta nova linguagem literária na sua própria língua, uma vez que se afastam do uso literário, das regras de correção gramatical e literária para reivindicar a especificidade de uma língua popular. Foi o que reivindicou Alencar no seu “postscripto” no século XIX a respeito da criação e do desenvolvimento da língua portuguesa do Brasil, bem como da literalização das práticas orais por Mário de Andrade em *Macunaíma*. Os escritores brasileiros impuseram sua linguagem e gramática, sua ruptura com a narrativa (descontinuidade narrativa) e encontraram, em suma, soluções literárias, narrativas, técnicas, formais e estilísticas idiossincráticas.

É por meio da tradução que os centros mostram e provam seu reconhecimento literário. Mas é preciso contar com o que Casanova (2002, p.169) chama de “desigualdade literária das línguas”. A posição do Brasil no mapa mundial das literaturas mudou e evoluiu em direção ao centro e isso graças às instâncias parisienses (Torres, 2014, p. 294). Essas mesmas instâncias não podem, entretanto, integrá-lo numa posição mais central, tendo em vista da área linguística que os separa ou tendo em vista que o Brasil não é uma ex-colônia francesa. O português não pertence às grandes línguas literárias, ele não tem o mesmo prestígio, sobretudo o português do Brasil.

11

### **O posicionamento ateu do Brasil**

O Brasil teve, e ainda hoje tem, um posicionamento “ateu” com relação à hierarquização das línguas e dominação da língua inglesa no mundo que continua no início do século XXI. A língua mundial<sup>1</sup> (Casanova, 2021) goza de um prestígio reconhecido por outras línguas mundiais, daí sua universalidade.

Partindo da trans-historicidade do modelo das línguas mundiais, Casanova afirma que

“A desigualdade entre as línguas tem efeitos tão poderosos que a(s) língua(s) dominada(s) ou muito dominada(s) pode(m) impedir (ou pelo menos dificultar) o reconhecimento ou a consagração dos escritores que as praticam. Os críticos brasileiros apontam que dois dos maiores romancistas naturalistas de língua portuguesa – o português Eça de Queiroz (1845-1900) e o brasileiro Machado de Assis (1839-1908) – permaneceram praticamente desconhecidos (ou pouco conhecidos) internacionalmente:

---

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Traduzir é resistir: Subversão e ateísmo como dispositivo de internacionalização da cultura brasileira. *Revista Belas Infiéis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-15, 2021. e-ISSN: 2316-6614.  
DOI: doi.org/10.26512/belasinfiéis.v10.n4.2021.34136

---

“À sua glória nacional quase hipertrofiada corresponde uma escuridão internacional desanimadora”, afirma Antonio Candido. ” (2021, p. 21-22)

Indo contra o que é historicamente estabelecido, Casanova faz uma afirmação impactante, ainda no seu capítulo “Exordium”, ou seja, que o bilinguismo ou o multilinguismo coletivos levam à dominação, pois, para possuir essa língua segunda, prestigiosa e legítima mundial e socialmente, as populações tornam-se linguisticamente dominadas e correm o risco de desaparecer. Neste sentido, Casanova dialoga com as teorias já presentes no seu livro *A república mundial de letras* para questionar esta relação de poder que só existe se se acredita na sua força. Ela mostra que o uso da língua mundial assegura uma certa autoridade aos que a falam. Mas, o que podemos fazer, já que a língua mundial deve existir para permitir a comunicação universal?

Ela preconiza a “descrença”, o “desacreditar”, ou seja, a adoção de um posicionamento ateu, o posicionamento de não acreditar mais no prestígio da língua mundial (inglês). Uma espécie de desobediência, não civil, mas linguística e, no fundo, política e ideológica. O papel da tradução seria o de medir o grau de dominação. Portanto, a presença da tradução numa cultura reduziria a dominação da língua mundial. Ela deduz, com êxito, que, de um lado, os empréstimos à língua dominante são numerosos por parte de uma língua dependente dela e que a tradução, nesse caso, é quase inexistente. Uma língua-cultura muito dependente pode desaparecer com o tempo. Por outro lado, uma língua independente traduz muito e reforça sua tradição e durabilidade no tempo. O Brasil, que traduz muito, tem, portanto, o comportamento de uma língua-cultura independente.

Assim, e isto já foi desenvolvido n’*A república mundial de letras*, através da tradução, o escritor dominado vislumbra acessar ou se aproximar do centro para ser legitimado pelo Centro (formado pela França, Inglaterra e Estados Unidos) para assim ser por este legitimado. O capítulo de Casanova sobre o bilinguismo é fundamental nesse sentido, pois sempre caracteriza uma dependência linguística. O bilinguismo (uso em alternância de duas línguas pelo mesmo locutor) não permite, segundo Casanova, escapar da dominação linguística, mas sim reproduzir as relações de força e os conflitos existentes entre as línguas, sempre competindo para ter o poder. A dominação aqui é simbólica, pois depende de uma crença coletiva.

Quanto mais a tradução se faz presente, mais a dominação diminui.

---

E, ao contrário, quanto menos importante é a tradução, maior é a dominação. A criação de novas palavras numa língua caracteriza, segundo Casanova, a independência e aumenta o capital literário dessa língua-cultura. Isso equivaleria a dizer que manter a própria língua é uma forma de resistência à dominação, ao contrário do que geralmente se acredita. De fato, a manutenção da própria língua é normalmente percebida como uma manifestação da diversidade cultural e humana que pode ir contra a hegemonia linguística de uma língua dominante.

O argumento segundo o qual as pessoas que usam coletivamente duas ou mais línguas, como na Bélgica, em Portugal e em parte da Escandinávia – fora os países onde o inglês é língua oficial, como algumas ilhas na Ásia ou ainda a Índia – são dominadas, aplica-se melhor às línguas-culturas que pensam que o simples fato de falar, fazer negócio, escrever, pensar na língua mundial, o inglês, as enriquecem de todas as formas, enquanto que, ao contrário, são dominadas, e sua(s) língua(s) estão prestes a desaparecer no tempo e no espaço. Isto é, manter sua língua é uma forma de resistência e de dominação, ao contrário do que se acredita geralmente. De fato, via de regra, manter sua língua é percebido como manifestação da diversidade cultural e humana.

O país-cultura que usa o inglês em todos os níveis da sociedade é um país dominado! O país-cultura que não usa o inglês, ou o usa muito pouco, é um país-cultura dominante. Estamos pensando aqui no Brasil, entre outros, que não se deixou dominar em prol de certos argumentos de internacionalização.

13

### **Considerações finais**

Os escritores brasileiros alcançaram, ainda que não sejam reconhecidos em seu conjunto como tais pelas instâncias dominantes do espaço literário internacional, aquilo que Casanova chama da etapa última da “liberação da escrita e dos escritores, sua última proclamação de independência” (2002, p.413), isto é, a “afirmação do uso autônomo de uma língua autônoma, ou seja, especificamente literária.” (2002, p.413) Na minha opinião, as grandes línguas ditas “literárias” e “centrais” não alcançaram, com exceção de casos individuais, o mesmo grau de autonomia e de liberdade criativa literária que o português do Brasil, uma vez que esta liberação da escrita, atesta Casanova (2002, p. 413), remeteria a uma “língua que não se submeteria a nenhuma lei da correção gramatical ou até ortográfica, que recusaria dobrar-se às exigências comuns da legibilidade mais imediata, da comunicação mais vulgar, para só obedecer às exigências ditadas pela própria criação literária”.

---

O Brasil conseguiu criar uma identidade literária, uma língua no seio de uma outra língua, uma língua mestiça pela incorporação do vocabulário indígena (tupi-guarani), africano (principalmente ioruba) e francês (por modismo após as missões francesas de 1816), e, no início do século XX e XXI, pela incorporação dos “falares dos imigrantes” (italiano, japonês, alemão, árabe, crioulos, línguas africanas de diversas culturas) e dos “falares regionais” do povo, subvertendo o uso normativo do português da metrópole. É certo que as línguas indígenas e africanas não eram e não são tidas como modelo de universais pelos centros dominantes. Mas os escritores brasileiros, reapropriando-se dos seus próprios recursos, puderam criar sua visibilidade literária graças a sua liberdade criadora (Torres, 2014, p. 296).

Escritores como Alencar, Machado de Assis ou Mário de Andrade e mais tarde Guimarães Rosa, entre muitos outros, optaram não por uma assimilação a uma outra literatura, mas por uma dissimilação, reivindicando uma identidade cultural regional e/ou nacional e criando uma distância distintiva com o uso dominante (e legítimo) da língua dominante, seja criando ou recriando uma nova língua nacional. A tradução teve e tem a função de manter o pensamento em movimento, porque há matéria para resistência, para se transformar, para fazer o próprio idioma evoluir com seu tempo. A tradução que internacionalizou o Brasil literário é fundamentalmente uma forma de resistência, e eu diria até mesmo que a tradução é cada vez mais um fato e um ato político. Por isso que traduzir é resistir!

14

## REFERÊNCIAS

- Alencar, J. de. (1870). *Iracema*, (2ª edição). H. Garnier (Postscripto, pp. 241-268).
- Alencar, J. de. (1959). *Obra Completa*. (v. 1). Aguilar.
- Berman, A. (2013). *A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo*. (M. H. C. Torres, M. Furlan, & A. Guerini, Trans.). Editora Copiart.
- Casanova, P. (2002). *A república mundial das letras*. (Marina Appenzeller, Trans.). Estação Liberdade.
- Casanova, P. (2021). *A língua mundial: tradução e dominação*. (Marie-Hélène C. Torres, Trans.). EDUFSC/EDUnB.
- Campos, H. (1992). *Metalinguagem e outras metas*. Perspectiva.
- Granja, L. (2013). Rio-Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira chez Garnier. *Letras*, 23(47), 81-95.

---

Hallewell, L. (2005). *O livro no Brasil*. (Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira, Geraldo Gerson de Souza, Trans.). Edusp/T.A. Queiroz.

Lambert, J. (2011). Em busca dos mapas-múndi das literaturas (Walter Costa, Trans.). In A. Guerini, M. H. C. Torres, & W. Costa (Orgs.). *Literatura & Tradução: Textos selecionados de José Lambert*, (pp. 17-37). 7Letras.

Torres, M. H. C. (2014). *Traduzir o Brasil Literário: história e crítica*. PGET/UFSC & Copiart.

---

<sup>1</sup> Casanova, *A Língua mundial*, capítulo 'Exordium'.